

Construção participativa de indicadores de inclusão social de agricultores familiares na dendeicultura no estado do Pará



***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento***

DOCUMENTOS 446

Construção participativa de indicadores de inclusão social de agricultores familiares na dendeicultura no estado do Pará

*Maria do Socorro Gonçalves Ferreira
Dalva Maria da Mota
Emilie Suzanne Coudel
Heribert Schmitz
Paulo Roberto Vieira
Livia de Freitas Navegantes Alves*

***Embrapa Amazônia Oriental
Belém, PA
2019***

Disponível no endereço eletrônico:
<https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/publicacoes>

Embrapa Amazônia Oriental
Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n
CEP 66095-903, Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicação

Presidente
Bruno Giovany de Maria

Secretária-Executiva
Ana Vânia Carvalho

Membros
Alfredo Kingo Oyama Homma, Alysson Roberto Baizi e Silva, Andréa Liliane Pereira da Silva, Luciana Gatto Brito, Michelliny Pinheiro de Matos Bentes, Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana, Patrícia de Paula Ledoux Ruy de Souza

Supervisão editorial e revisão de texto
Narjara de Fátima Galiza da Silva Pastana

Normalização bibliográfica
Andréa Liliane Pereira da Silva

Projeto gráfico da coleção
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Tratamento de fotografia e editoração eletrônica
Vitor Trindade Lôbo

Fotos da capa
Dalva Maria da Mota
Márcia Caetano Coutinho

1ª edição
Publicação digitalizada (2019)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nome da unidade catalogadora

Construção participativa de indicadores de inclusão social de agricultores familiares na dendeicultura no estado do Pará / Maria do Socorro Gonçalves Ferreira... [et al.]. – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2019.
47 p. ; 16 cm x 22 cm. – (Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, ISSN 1983-0513; 446).

1. Agricultura familiar. 2. Dendê. 3. Inclusão social. 4. Construção do conhecimento. 5. Trabalho participativo. 6. Metodologia. I. Ferreira, Maria do Socorro Gonçalves. II. Embrapa Amazônia Oriental. III. Série.

CDD 21 ed. 338.63

Autores

Maria do Socorro Gonçalves Ferreira

Engenheira florestal, doutora em Desenvolvimento Sustentável, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Dalva Maria da Mota

Pedagoga, doutora em Sociologia, bolsista de produtividade do CNPq, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Emilie Suzanne Coudel

Engenheira-agrônoma, doutora em Economia Rural, pesquisadora do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad/UR Green) na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF

Heribert Schmitz

Doutor em Sociologia Rural, bolsista de produtividade do CNPq, professor da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Paulo Roberto Vieira

Engenheiro florestal, doutor em Literatura Brasileira, professor da Universidade Federal do Pará, Altamira, PA

Lívia de Freitas Navegantes Alves

Engenheira-agrônoma, doutora em Agroecossistemas, professora da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Agradecimentos

Agradecemos enormemente a todas as pessoas que contribuíram para que a construção participativa de indicadores se realizasse, não medindo esforços para atuar em São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia, Moju e Belém, nas mais diferentes atividades e momentos. Dedicção e comprometimento marcaram essa experiência.

Apresentação

O presente documento é uma iniciativa para apoiar aquelas pessoas que pretendem desenvolver um trabalho participativo, cujo propósito central é considerar a contribuição e a experiência de agricultores e agricultoras como o ingrediente central de uma relação dialógica para a coconstrução de conhecimentos.

Trata-se da descrição do processo de construção participativa de indicadores de inclusão social de agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Nordeste Paraense, no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado “Integração da agricultura familiar na produção do dendê no Pará: possibilidade de inclusão social?” (AFInS), financiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e realizado por meio de uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e os sindicatos rurais do Nordeste Paraense, no período de 2014 a 2018.

A iniciativa se reveste de importância pelo fato de a ação de integração de agricultores para a produção de dendê ser promovida por políticas públicas que objetivam a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida e diminuição das disparidades regionais. Como tal, é de fundamental importância realizar análises e avaliações para direcionar novas iniciativas.

Adriano Venturieri

Chefe-Geral da Embrapa Amazônia Oriental

Sumário

Introdução	11
Procedimentos teórico-metodológicos para a coconstrução de indicadores	16
O desafio teórico da construção de indicadores	16
O método de construção Princípios-Critérios-Indicadores	17
Estratégia: a escolha da participação	18
Processo de construção participativa de indicadores	20
Preparação das oficinas	21
As oficinas nos municípios	25
Seminário de Consolidação dos Indicadores	33
Mobilização e participação	34
Realização do seminário	34
Produtos do processo participativo	37
Conclusões	38

Recomendações	39
Mobilização, infraestruturas e materiais	39
Dinâmica	40
Conteúdo	40
Referências	41
Anexo 1. Indicadores consolidados	44

Introdução

Mesmo que a produção de dendê (*Elaeis guineensis*) no estado do Pará exista há mais de 50 anos, foi na última década que recebeu incentivos oriundos de políticas públicas para atender à diversificação e ao fornecimento de matéria-prima para a produção de agrocombustíveis. Essas políticas são justificadas com argumentos ambientais, como a necessidade de substituição do uso de combustível fóssil, a preocupação com as mudanças climáticas, a conservação dos ecossistemas florestais. Porém, são também usados argumentos sociais, tais como, diminuição de desigualdades regionais (Norte/Sul) e inclusão social de agricultores familiares.

O argumento ambiental, o apelo de alimento saudável¹ e o preço competitivo garantem ao óleo de palma extraído do dendezeiro a condição de óleo mais comercializado no mundo, cuja finalidade é a cocção e a produção de alimentos, fármacos, detergentes e cosméticos, dentre outros fins. Sob tal versatilidade e demanda de mercado, os cultivos predominam na Ásia – especialmente na Indonésia, Malásia e Tailândia, que juntas têm a maior concentração produtiva do mundo (Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma, 2014). Na América do Sul, a Colômbia, o Equador e o Brasil despontam como os principais produtores. Em todos os casos, corporações dominam a cadeia produtiva e têm grandes áreas de monoculturas que coexistem com os cultivos de médios e pequenos produtores, segundo diferentes formatos e contratos para fornecimento de matéria-prima.

A expansão da dendeicultura no Pará teve em políticas públicas o seu suporte com o Programa Nacional de Produção de Biocombustível (PNPB), lançado em 2004 (Brasil, 2017), o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSOP)² e o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo

¹ O óleo de palma substitui a gordura animal e as gorduras trans na indústria alimentícia (as gorduras trans são formadas durante o processo de hidrogenação industrial, que transforma óleos vegetais líquidos em gordura sólida à temperatura ambiente, as quais são utilizadas para melhorar a consistência dos alimentos e também aumentar a vida de prateleira de alguns produtos) e com isso possui vantagens para a saúde humana, além de ser fonte de vitamina A e outros nutrientes (Parente, 2003).

² O Brasil acumula experiência importante na produção de energias alternativas para reduzir a dependência do petróleo, sendo o Proálcool um exemplo cujo auge foi na década de 1970 mas desde os anos 1940 se registra a produção de etanol (Andrade et al., 2009). A Lei do Biodiesel (Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005) definia os percentuais de biodiesel para introdução ao combustível: 2% em 2008, 5% em 2013 e 7% em 2014. Essa lei foi revogada pela Lei 13.263, de 23 de março de 2016, que estabelece outros percentuais e prazos. Entretanto, a contribuição do dendê para o agrocombustível no País é em torno de 0,1% (Bentes; Homma, 2016; Reis et al., 2017).

(ZAE-Palma), que demarcou 29 milhões de hectares como áreas potenciais (desmatadas) em dez estados da Amazônia Legal³. O Selo Combustível Social é o componente central do PNPB que confere ao seu possuidor, mediante o atendimento a determinadas regras, o caráter de promotor da inclusão social⁴. A obtenção do Selo Combustível Social oferece vantagens financeiras e operacionais às empresas certificadas, desde que atendam aos critérios legais, em especial aqueles concernentes à aquisição de 15% da produção advinda da agricultura familiar.

Com ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel previu um financiamento de até 90% dos itens passíveis de suporte para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. Os financiamentos são destinados a todas as fases de produção, entre elas a agrícola, a de extração de óleo bruto, a de armazenamento, a de logística, a de beneficiamento de subprodutos e a de aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso deste combustível (Pereira, 2014). Não obstante as vantagens, essa política não teve a repercussão esperada no Pará, em decorrência da enorme distância em relação às indústrias processadoras.

Mesmo assim, ocorreu a incorporação de agricultores familiares no processo por meio de contratos de produção de dendê com as empresas. A iniciativa, como parte de uma política pública capitaneada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵ juntamente com o investimento das empresas e de setores do movimento social na divulgação das vantagens, atraiu a atenção de agricultores interessados em alternativas que, em primeira instância, seriam melhorias na renda familiar e independência dos problemas enfrentados com a podridão da mandioca e as dificuldades quanto

³ A área do zoneamento, após os recortes, totaliza 704.066 km², correspondente a 13,94% da Amazônia Legal (Ramalho Filho et al., 2010, p. 61).

⁴ Segundo o MDA (Brasil, 2017), Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos na Portaria nº 512, de 5 de setembro de 2017. O selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados do Pronaf. A concessão do direito de uso do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso às alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que varia de acordo com a matéria-prima adquirida e região da aquisição, incentivos comerciais e de financiamento (Villela, 2014).

⁵ Ministério exclusivo para as questões relativas à agricultura familiar, oriundo da demanda de movimentos sociais e que existiu entre 2003 e 2016.

à produção de outras culturas alimentares mediante a falta de apoio técnico e creditício. Por sua vez, a adesão à integração para a produção de dendê permite acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Eco Dendê).

No Pará, os plantios de dendê se localizam no Nordeste Paraense. Brandão e Schoneveld (2015) estimaram uma área de mais de 244 mil hectares em 31 municípios. Segundo os autores, cerca de 90% do total (sistema de plantation) pertence a nove agroindústrias e o equivalente a 15% do total pertence a 1.240 agricultores em estabelecimentos familiares que têm contratos de integração com agroindústrias (Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma, 2015). O Brasil produz cerca de 300 mil toneladas de óleo de palma por ano e a maior parte provém do Pará⁶.

No estado do Pará, a relação entre agricultores familiares e as empresas produtoras de dendê se dá por meio de contratos de integração⁷, nos quais uma parcela da terra do estabelecimento familiar e a força de trabalho do grupo doméstico são disponibilizados para cultivo de dendê de até 10 ha⁸ sob contrato com uma agroindústria. Os contratos especificam as obrigações recíprocas e têm se constituído em tema de tensão por parte dos agricultores, que explicitam não compreendê-los na totalidade nem dispor de um espaço para dirimir questões divergentes quanto às cláusulas.

Na literatura, encontram-se análises, de um lado, com grupos de agricultores integrados e lideranças que expressam otimismo e satisfação quanto à garantia de mercado, à geração de renda, ao aumento de postos de trabalho e à dinamização da economia local com o advento da dendeicultura. De outro, agricultores integrados reclamam de promessas não cumpridas quanto

⁶ Todavia, a produção de dendê no Estado do Pará é direcionada à agroindústria de alimentos e cosméticos que, segundo a Fapespa (Boletim Agropecuário do Estado do Pará, 2015), foi de 1.040.538 t de fruto em 2013.

⁷ "Integrada" refere-se ao membro de uma família que pratica a agricultura familiar e assinou um contrato de produção de dendê com uma empresa processadora (Instituto Observatório Social, 2013; Glass, 2015). Nesse sistema, a agroindústria se desincumbe da manutenção das estruturas de produção, mas "mantém um monopólio de exploração e de controle sobre os trabalhadores familiares" (Nogueira; Jesus, 2013, p. 127), inclusive quanto aos itinerários técnicos para a produção segundo padrões previamente estabelecidos e, normalmente, dependente de crédito para ser posto em prática.

⁸ Pesquisa realizada no âmbito do Projeto AFInS aprovado em 2014 (Chamada 13/2013 – Prioridades do Portfólio Palma de Óleo) em oito municípios do Nordeste Paraense constatou que 10% dos estabelecimentos familiares têm de 3 ha a 5 ha de dendê, 12% têm de 6 ha a 8 ha, 65% têm de 9 ha a 11 ha e os demais têm de 12 ha a 30 ha (13%).

a infraestrutura⁹, impactos ambientais (Instituto Observatório Social, 2013) e da frustração quanto ao volume de recursos ganhos. Pairam também preocupações quanto à limitação de espaço e de mão de obra para as culturas alimentares, os riscos de insucesso (produtivo e econômico) e a dificuldade de diálogo sobre dúvidas a respeito dos contratos e dos aspectos financeiros por parte das empresas. Preocupações foram expressas quanto à insegurança alimentar (Silva; Navegantes-Alves, 2018), à dependência de poucas processadoras de dendê e às possíveis mudanças no dia a dia das famílias de agricultores (Mota et al., 2015), principalmente pela chegada de pessoas estranhas para residirem nas vilas rurais atraídas pela possibilidade de assalariamento.

Visões diferenciadas também coexistem entre as lideranças da agricultura familiar. Umas veem com temor a produção dessa *commodity* nos estabelecimentos familiares e preveem relações de dependência econômica e social, além de impactos ambientais em médio e longo prazo, constatados em outras regiões do mundo, como na Indonésia e na Malásia, conforme Sheil et al. (2009) e Villela (2014) relatam:

Embora alguns afirmem que muito da destruição das florestas é atribuível a usos e impactos anteriores, como exploração madeireira e as plantações, a palma continua a ser amplamente associada com a perda de florestas naturais. Produtores de óleo de palma na Malásia têm afirmado categoricamente que a floresta primária já não é convertida em plantações – a expansão só ocorre em terrenos já utilizados para cultivo (por exemplo, borracha e agricultura). No entanto, há um debate contínuo sobre a conversão de “florestas degradadas e secundárias” (Sheil et al., op. cit.), à semelhança do que ocorre na Amazônia com relação à conversão de florestas em soja. (Villela, 2014, p. 49)

Pesquisadores e lideranças, no entanto, consideram a dendeicultura uma grande oportunidade para agricultores familiares do Nordeste Paraense, pela facilidade de acesso a financiamentos públicos e pelo acesso à assistência técnica, além de emprego assalariado para membros jovens da família.

⁹ Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Protocolo de Intenções Socioambiental da Palma de Óleo, por órgãos governamentais e não governamentais, para estimular, promover e apoiar a atividade de produção do dendê no estado do Pará, com cláusulas específicas para favorecer os agricultores integrados às agroindústrias.

Nos seus discursos, é perceptível as suas expectativas quanto à melhoria das condições de infraestruturas (estradas, escolas e saúde) sinalizadas pelos técnicos no processo de divulgação das vantagens da dendeicultura (Backhouse, 2013; Silva, 2016).

Mais de uma década após o lançamento do PNPB e considerando as diferentes compreensões, cabe indagar: a dendeicultura promoveu inclusão social¹⁰ para agricultores familiares e suas famílias conforme previsto nos documentos oficiais?

Como apresentamos, há registros de estudos de caso que tratam de diferentes resultados com vantagens (Menezes et al., 2015) e constrangimentos (Instituto Observatório Social, 2013; Glass, 2015). Faltam estudos mais abrangentes sobre o que ocorre com os agricultores integrados e suas famílias nos seus estabelecimentos, em se tratando de melhorias de qualidade de vida, em que pese vários artigos resultantes de estudos com enfoques de situações específicas de determinado município, como Moju e Tomé-Açu (Nahum; Malcher, 2012; Nahum; Santos, 2018). Também optamos por dar voz aos agricultores familiares para que eles explicitassem o que consideram importante em uma avaliação. Com tal priorização, teremos indicadores construídos segundo a realidade por eles vivenciada.

Considerando tal propósito, o objetivo deste documento é descrever como ocorreu o processo de construção participativa de indicadores de inclusão social a serem utilizados na pesquisa sobre o tema no Nordeste Paraense, no âmbito do Projeto AFInS.

Para atingir o propósito, oito oficinas foram realizadas em municípios do Nordeste Paraense. Após a finalização das oficinas, um seminário de consolidação dos indicadores foi realizado em Belém, com representantes de cada uma das oficinas¹¹. Como citado anteriormente, em todos os eventos houve o investimento para que indicadores de inclusão social fossem construídos (levantados e qualificados) segundo as expectativas

¹⁰ Inclusão social é por nós citada em coerência com o termo utilizado no PNPB, sendo considerada como expressão de melhoria da qualidade de vida, levando em conta que não existe alguém totalmente excluído ou incluído, mas em processos que apontam em diferentes direções (Alvino-Borba; Mata-Lima, 2011).

¹¹ Todas as ações ocorreram por meio de uma parceria entre a equipe do AFInS e a dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, desdobramento da participação da Contag no projeto. Em comum, o interesse por análises sobre os efeitos da integração dos agricultores familiares à dendeicultura.

dos diferentes atores, considerando que um dos objetivos do PNPB é a inclusão social. Não obstante, na concepção do referido programa, a inclusão se restringe à geração de emprego e renda em contraste com a literatura que trata dessa temática com amplitude e incorpora desde a propriedade de eletrodomésticos até o bem-estar, predominantemente de populações urbanas (Véras, 2001).

Procedimentos teórico-metodológicos para a coconstrução de indicadores

O projeto AFInS é formado por três grandes ações: 1) caracterização da expansão da dendeicultura (o sistema agrário, os estabelecimentos de agricultores integrados e os seus sistemas de produção); 2) caracterização das vilas em cujos arredores é cultivado o dendê (relação dos moradores com a dendeicultura e expectativas quanto à atividade); e 3) avaliação da inclusão social (construção participativa de indicadores de inclusão social com atores-chave e pesquisa de campo sobre inclusão social).

O desafio teórico da construção de indicadores

Partimos da compreensão de que os indicadores referem-se a unidades que permitem mensurar diferentes fenômenos e constituem a base para monitorar (acompanhar) e avaliar o grau de realização de um projeto, de uma política ou de um processo em todas as suas fases. Os indicadores têm que ser empiricamente observáveis e objetivamente verificáveis. São medidas concretas, qualificadas ou quantificadas, que detalham a extensão em que o propósito foi alcançado.

No caso do PNPB, os indicadores servem para medir se os objetivos, quanto à integração da agricultura familiar à indústria da dendeicultura, foram alcançados dentro de um prazo determinado de tempo e numa localidade específica.

Na literatura, indicadores são também considerados ferramentas de comunicação para quantificar e simplificar a informação, para permitir sua compreensão por um público-alvo (Clément; Madec, 2006). Eles podem

representar um estado ou uma evolução. No entanto, como ressaltado por Rey-Valette et al. (2008), um indicador não pode ser reduzido à informação nele contida, mas deve ser compreendido no processo e segundo as relações sociais que levaram à sua elaboração. De fato, um indicador não é só um instrumento de medição, é uma escolha (qual variável entre todas) que revela prioridades, representações e negociações. Os seus resultados têm caráter normativo porque indicam parâmetros que classificam diferentes situações.

Como mencionado por Rey-Valette et al. (2008), os estudos nos anos 1990 buscavam exaustividade e precisão (lógica de perito). Porém, com o rumo das políticas públicas para mais transparência nas negociações e o acesso à informação, os estudos tendem a focar mais na legitimidade e simplicidade dos indicadores. Nesta perspectiva, a coconstrução permite chegar à definição de indicadores mais representativos de um certo consenso entre os atores envolvidos em iniciativa específica. Essa construção pode também favorecer uma aprendizagem e inovações institucionais (Rey-Valette et al., 2008).

O método de construção Princípios-Critérios-Indicadores

Para deixar o processo de escolha dos indicadores mais explícito, Chia et al. (2009) destacam as vantagens da metodologia Princípios-Critérios-Indicadores (PCI), na qual os indicadores são identificados e hierarquizados em função dos desafios dos grupos, setores ou territórios, permitindo assim uma maior operacionalização. Isso possibilita certa “traçabilidade” do indicador, deixando explícitas as escolhas em relação a valores subjacentes. A Tabela 1 demonstra a estrutura da metodologia.

Tabela 1. Método Princípios-Critérios-Indicadores.

Princípios	Prioridades que fundamentam a reflexão ou ação e podem ser assimilados a regras. Usar verbos de ação: contribuir, adaptar, reforçar, implementar
Critérios	Tentam deixar mais claros os princípios, detalhando-os de forma sistematizada. São as variáveis que permitem expressar o princípio. Usar qualificadores de níveis ou estados: importância de, existência de, acesso a, capacidade de
Indicadores	Medem de forma simples uma informação sobre um processo ou uma variável, pode ser qualitativo ou quantitativo

Fonte: Chia et al. (2009).

Essa metodologia se aplica em vários passos, num processo cíclico de mobilização dos atores sociais (Lazard et al., 2008): numa primeira etapa, identificam-se as diferentes representações dos atores sociais, definir com eles princípios genéricos para as diferentes realidades e formular primeiros critérios e indicadores; numa segunda etapa, realiza-se a hierarquização junto com os atores dos princípios e critérios mais importantes, para permitir uma seleção dos indicadores, verificando a coerência e os dados disponíveis para preenche-los; finalmente, numa terceira etapa, os indicadores são testados para permitir um diagnóstico da situação, permitindo uma avaliação reflexiva por parte dos atores sociais e uma exploração prospectiva.

Com a metodologia PCI, Chia et al. (2009) avaliaram a sustentabilidade da aquicultura em cinco países (Camarões, Filipinas, França, Indonésia e Chipre), a partir da percepção dos atores locais. Os autores identificaram por meio de entrevistas e grupos focais com os atores-chave de todos os países quais eram dez temas importantes para eles, definindo a legitimidade da pesquisa. Cruzando esses temas com uma análise dos documentos institucionais de cada país, formularam 17 princípios, visando coerência e exaustividade. Com grupos de pessoas de cada um dos países, envolvendo 188 atores ao todo, hierarquizaram esses princípios, juntando alguns para facilitar a operacionalização do diagnóstico e chegaram a 13 princípios definitivos de sustentabilidade dos sistemas aquícolas (Lazard et al., 2008).

Como destacam Chia et al. (2009), o objetivo final desse diagnóstico era pensar nas possibilidades de aprendizagem institucional, para tornar o setor mais sustentável. Eles destacam que existem três formas de aprendizagem institucional: coerção, quando a mudança é imposta; mímica, quando a mudança é copiada de forma endógena; e profissional, quando é um processo voluntário e coconstruído numa comunidade.

Considerando os objetivos do projeto AFInS, de permitir uma reflexão interna ao setor, inspiramo-nos na metodologia PCI para construir de forma participativa indicadores que fizessem sentido para os próprios atores sociais e que permitissem uma mudança voluntária e coconstruída.

Estratégia: a escolha da participação

A opção por um método de trabalho participativo por meio de oficinas considerou a possibilidade de construção coletiva pelo diálogo em torno

de temas de interesse comum para a definição de indicadores que reflitam o cotidiano e, assim, façam sentido às experiências e interesse dos participantes. Aos envolvidos diretamente com a produção de dendê e suas representações, interessa elucidar conquistas e desafios na execução do modelo de integração. Aos pesquisadores interessa refinar metodologicamente os procedimentos de trabalho e atuar de forma que suas pesquisas, orientando-se na problemática real, tragam contribuições objetivas para a melhoria de vida dos agricultores familiares. No entanto, sabemos que envolver atores num processo participativo tem vários desafios, que destacamos aqui.

Por participação compreendemos todas as iniciativas que visam proporcionar o envolvimento de diferentes pessoas interessadas, direta ou indiretamente, em algo, para aportar as suas contribuições para a construção de conhecimentos e tomadas de decisões em comum.

Na prática, a realização de processos participativos não é tarefa fácil, uma vez que deve reunir atores com pontos de vista, por vezes, muito diferentes. Os críticos dos processos participativos apontam para o fato de que muitas vezes esses atores são pouco representativos ou escondem desigualdades (Cooks; Kothary, 2002 apud Patel et al., 2007), levantando a questão de quem participa.

Uma vez selecionados os participantes, os eventos participativos devem proporcionar as condições adequadas para estimular o diálogo entre as partes interessadas presentes, respeito, troca de pontos de vista e compartilhamento de conhecimentos, o que implica o uso de um pertinente trabalho de facilitação e de métodos adequados (Chambers, 2002; Patel et al., 2007). No entanto, quando a construção coletiva é realizada com sucesso, o processo de negociação é frequentemente considerado como resultando em vários “efeitos colaterais” positivos importantes, além da própria decisão final.

Patel et al. (2007, p. 551) apontam quatro razões principais para a implementação de um processo participativo:

- 1) Utilizar os conhecimentos locais e especializados: mobilizar os conhecimentos especializados dos principais atores do setor ou da região permite obter resultados que façam muito mais sentido para estes atores.

- 2) Gerar adesão: os atores sentirão que os resultados são próprios e, portanto, estarão mais dispostos a aceitá-los.
- 3) Criar defensores da ideia: os atores envolvidos na construção coletiva serão frequentemente mais capazes de alcançar outros atores do que os próprios pesquisadores, pela proximidade que têm e pela forma como irão formular as principais mensagens.
- 4) Alcançar aqueles cujas mentes você mais deseja mudar: se os tomadores de decisão fizerem parte do exercício, eles provavelmente estarão mais envolvidos em colocar os resultados em ações; as pessoas que se sentem sem poder na tomada de decisões também podem se tornar mais ativas e reivindicá-las na tomada de decisões.

Mesmo com todas as vantagens, muitos autores alertam para o risco de criar grandes expectativas. Indicadores ou cenários construídos em projetos de pesquisa muitas vezes não contribuem para a tomada de decisões, e isso pode levar as pessoas envolvidas a manter certa distância e a se sentir frustradas (Patel et al., 2007). Folhes et al. (2012) mencionam que tensões internas e conflitos não foram debatidos diante de facilitadores externos e os cenários obtidos apenas refletiram questões consensuais que poderiam ser discutidas em grupo, fazendo com que parecessem superficiais. Além disso, como levantado por Verburg et al. (2014), pode haver uma contradição entre construir indicadores cientificamente significativos e fornecer indicadores simples que os formuladores de políticas esperam, o que pode criar frustrações em ambos os lados.

Processos participativos garantem que os diferentes membros de um grupo aportem a sua contribuição para a reflexão de um tema ou resolução de um problema. Como tal, diferentes contribuições se somam, potencializando o produto. Nem sempre é um empreendimento simples pois está permeado pelas relações de poder inerentes ao grupo.

Processo de construção participativa de indicadores

Para efeito metodológico, sequenciamos o processo de negociação e realização das oficinas e do seminário de consolidação. Por oficinas

compreendemos uma reunião de trabalho que propicia momentos de interação e partilha de experiências a partir da uma horizontalidade entre os seus participantes. Os seus propósitos, definidos previamente, poderão resultar em diferentes produtos escritos, gráficos, etc. O diálogo em plenária e pequenos grupos é a fonte de todo o conteúdo que, de forma direta, influencia na reflexividade dos participantes.

Preparação das oficinas

A etapa de preparação é fundamental, pois proporciona as condições da oficina, tanto materiais (local, tempo), quanto em termo dos objetivos pactuados com os atores sociais e em relação aos participantes convidados.

Articulação e mobilização

Para um processo participativo na escala regional, é recomendável uma articulação prévia com lideranças das organizações associativas da categoria social com quem se pretende trabalhar, entendendo que estas dialogam frequentemente com suas respectivas bases (Patel et al., 2007). Dessa forma, o primeiro passo para as oficinas foi o contato com as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios, para trabalharmos em conjunto a construção de uma proposta para a realização das oficinas.

Os municípios onde ocorreram as oficinas foram definidos levando em conta que na pesquisa exploratória foi constatado que ali residia um maior número de agricultores integrados às agroindústrias, em decorrência de concentrarem mais empresas para onde o dendê produzido é transportado. As oficinas ocorreram em oito municípios, quais sejam: São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte, Tailândia e Moju, nos meses de outubro de 2015 a junho de 2016.

Após as oficinas, foi realizado um seminário de consolidação na cidade de Belém, em novembro de 2016. A escolha de Belém foi decorrente do fato de que o deslocamento de todos os participantes seria facilitado mediante a rede de transporte existente.

Os municípios onde todos os eventos foram realizados podem ser visualizados na Figura 1.

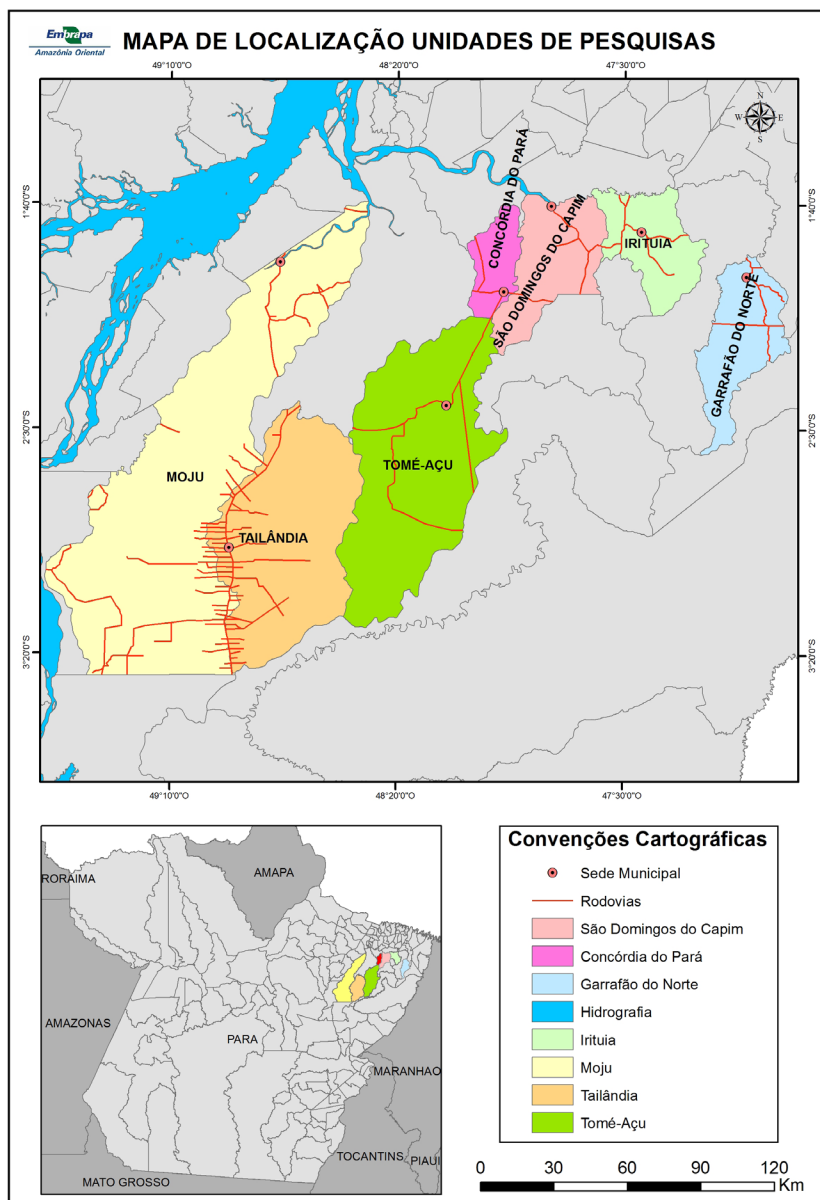


Figura 1. Localização das unidades de pesquisas.

Fonte: Sandra Sampaio

Pactuação conjunta dos objetivos das oficinas

Como explicitado anteriormente, o objetivo das oficinas foi a construção participativa de indicadores por grupo de agricultores do mesmo município e pesquisadores. Em geral, os agricultores estão integrados às mesmas empresas no município e, embora tenham os mesmos contratos de integração, vivenciam experiências particulares em decorrência dos recursos naturais a que têm acesso, das características das suas famílias e dos estabelecimentos e dos projetos de futuro, dentre outros aspectos.

Em visita agendada às sedes dos sindicatos rurais, dialogamos com membros das diretorias sobre a dendeicultura na região. As lideranças trataram das diferentes percepções que têm sobre os agricultores integrados e não integrados, com destaque para a questão dos contratos de produção. No decorrer da visita, apresentamos o Projeto AFInS (objetivos e escalas de atuação – região, vilas e estabelecimentos) e seus principais resultados.

Em termos específicos, tratamos das oficinas como uma das possibilidades para que os agricultores integrados se encontrassem para dialogar sobre temas que lhes dizem respeito em se tratando da dendeicultura. Mediante interesse comum, traçamos critérios para definição de participantes.

Crítérios para a definição de participantes

Para a viabilização das oficinas, membros dos STTRs e do AFInS construíram critérios para garantir a diversidade entre os participantes a serem convidados, dentre os quais:

- Ter contrato de integração para a produção de dendê.
- Balanço entre homens e mulheres titulares de contratos.
- Distribuição espacial dos estabelecimentos no município.
- Ter a produção de dendê em diferentes estágios.
- Lideranças que lidam com a temática da dendeicultura nos municípios.

Na prática, esse conjunto de critérios garantiu a participação de integrados em diferentes momentos de produção, assim como, residentes em vilas diversas e que têm contrato com diferentes empresas porque cada uma delas tem procedimento específico na relação com os integrados.

Ficou definido que as oficinas deveriam ter no máximo 25 participantes e que representantes dos STTRs também se fariam presentes segundo sua disponibilidade e interesse. Ademais, não seria vetada a participação de alguém que por ventura soubesse da oficina e se interessasse em participar, como efetivamente aconteceu.

A diversidade prevista visou contar com participantes que têm diferentes visões e expectativas quanto à dendeicultura e, assim, garantir a diversidade.

Condições operacionais (local, dia, alimentação e transporte)

Em se tratando do local para a realização das oficinas, ficou definido que seriam de fácil acesso e com espaço suficiente para abrigar cerca de 25 pessoas sentadas (número máximo assumido como ideal para uma melhor dinâmica e interação entre os participantes), com infraestrutura adequada para o preparo de refeições ou com a possibilidade de realizá-las ou comprá-las nas proximidades para melhor aproveitamento do tempo.

Quanto aos horários, os eventos não durariam mais de seis horas de trabalho, tendo em vista que as pessoas necessitam regressar às suas residências nas vilas rurais, geralmente distantes da sede do município.

As datas foram definidas levando em conta o melhor dia da semana para quem pretendesse participar, considerando a experiência dos dirigentes sindicais em outros eventos. Ficou combinado que não poderia ser no dia de entrega da produção do dendê e nem nos dias de feira do município. Assim, os dias de realização das oficinas variaram segundo o município.

As condições operacionais foram subsidiadas financeiramente pelo projeto AFInS com a contrapartida dos sindicatos quanto aos aspectos operacionais.

Mobilização dos participantes

A mobilização ficou sob a responsabilidade dos STTRs, que têm procedimentos diferenciados para isso. Na maioria das vezes, a mobilização foi feita com visitas de um membro do sindicato ao estabelecimento, usando veículo próprio do sindicato, moto-táxi ou motocicleta própria. A coordenação do projeto AFInS confeccionou um convite contendo objetivos, data e local da oficina. Mesmo assim, alguns dias antes da oficina, contatos telefônicos foram realizados para reforçar o convite e confirmar local e horário. A qualidade e o empenho na mobilização estiveram diretamente relacionados ao número e diversidade de participantes (idade, gênero, local de residência, tempo de contrato).

Em apenas um caso, o trabalho de mobilização não foi realizado. As razões apresentadas para o não comparecimento das pessoas variou entre a coincidência com o dia de entrega do dendê e a falta de tempo dos agricultores. Interpretamos que outras razões fundamentaram a decisão, mas não investimento no esclarecimento e estabelecemos parceria com uma associação para realizar a oficina no referido município.

As oficinas nos municípios

Oficinas realizadas

A realização das oficinas teve como intuito reunir agricultores familiares integrados, lideranças locais e membros da diretoria dos STTRs envolvidos no debate sobre integração da dendeicultura, para permitir a coconstrução de indicadores representativos de um certo consenso. Para tal, a opinião de cada membro do grupo foi considerada e as divergências foram objeto de debate.

Foram realizadas oito oficinas em diferentes municípios e locais, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2. Município, locais, datas e participantes das oficinas.

Nº	Município	Local	Data	Nº Participantes		Total
				Mulher	Homem	
1	S. Domingos do Capim	Sítio de um diretor do STTR	8/10/2015	3	11	14
2	Tomé-Açu	Salão paroquial	11/12/2015	7	7	14
3	Acará	Sede do STTR Acará	15/12/2015	1	8	9
4	Tailândia	Sede do STTR	29/4/2016	6	19	25
5	Irituia	Sede do STTR	17/5/2016	2	15	17
6	Garrafão do Norte	Sede do STTR	18/5/2016	1	15	16
7	Concórdia	Sede do Sintep	3/6/2016	4	6	10
8	Moju	Assentamento Calmaria II/ Comunidade Água Preta	24/6/2016	4	16	20
Total				28	97	125

Em termos quantitativos, as oficinas contaram com 125 participantes da agricultura familiar. Destes, 96 têm contrato de integração para a produção de dendê, sendo 70% homens e 30% mulheres. Apenas três agricultores não tinham relação direta com a dendeicultura e eram membros da diretoria dos STTRs. Os demais 26 participantes eram interessados no tema e lideranças. Os participantes vivem em 59 diferentes localidades dos respectivos municípios. Cada oficina foi acompanhada por cerca de seis membros da equipe técnica (professores da UFPA, pesquisadores da Embrapa, estudantes e convidados).

Sequência de atividades nas oficinas

A programação das oficinas constou de uma sequência de atividades que privilegiaram depoimentos livres, apresentação de resultados de pesquisa sobre os sistemas de produção e as vilas onde residem os participantes, dinâmicas de grupo, trabalhos em grupo e apresentação em plenária, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Síntese do conteúdo das oficinas: sequência, objetivo e metodologia.

Sequência	Objetivo	Metodologia
Apresentação dos participantes	Permitir que todos se conheçam e saibam um pouco da história de vida de cada um	Autoapresentação oral e/ou com a dinâmica “que árvore eu gostaria de ser?”
Apresentação dos objetivos da oficina, da dinâmica do dia e definição dos horários	Dar maior clareza ao convite; reforçar o objetivo da oficina; detalhar programa e metodologia e combinar horários	Apresentação oral
Apresentação dos resultados de pesquisa sobre vila rurais e sistemas de produção	Restituir os resultados das pesquisas realizadas na etapa inicial do projeto (muitos dos participantes foram entrevistados) e iniciar o assunto da dendeicultura	Apresentação oral apoiada em power-point e perguntas para esclarecer dúvidas
Discussão em plenária da pergunta central: “o que acontece com a vida de vocês após a chegada da dendeicultura?”	Levantar percepções sobre as experiências com a chegada da dendeicultura	Tempestades de ideia
Discussão e construção em grupo de indicadores de inclusão social	Identificar as principais mudanças em torno dos princípios/critérios: relação com a empresa; aspectos técnicos no estabelecimento; efeito da dendeicultura na comunidade	Trabalho em grupos. Cada grupo detalhou um dos temas e preparou apresentação para a plenária
Dinâmicas de motivação	Descontrair e refletir em torno da realização de projetos pessoais	Dinâmica “proteja seu sonho” ou “não deixe a laranja cair no chão”
Apresentação do resultado dos trabalhos em grupo	Apresentar o resultado dos trabalhos em grupos	Apresentação oral com apoio de cartaz
Encerramento	Agradecer a participação e a contribuição	Agradecimento de forma oral

Cada oficina foi iniciada com apresentações e agradecimento à presença das pessoas e uma sintética explicação sobre o Projeto AFInS, especificando que se trata de um projeto de pesquisa sobre inclusão social, cujo conteúdo deve ser indicado por eles que vivenciam a experiência de integração. Com isso, esclareceu-se que a participação seria consultiva, para não levantar expectativas quanto à prestação de serviços e entrega de produtos posteriormente. Não obstante, demandas foram evidenciadas e algumas foram atendidas, como o diálogo com o pesquisador que trabalha com mandioca e uma apresentação sobre as mudanças na legislação trabalhista quanto à contratação de trabalhadores ocasionais.

A apresentação dos participantes ocorreu segundo diferentes dinâmicas, dentre as quais: autoapresentação oral e autoapresentação e desenho de algo que aprecia.

No momento da apresentação inicial, os participantes foram convidados a dizer seus nomes e de onde vinham, mas muitos tornaram as suas autoapresentações um momento para desabafo com relação aos problemas que os afligem quanto à insuficiência e deterioração das infraestruturas das vilas onde residem, violência no campo, problemas nos estabelecimentos com a podridão da mandioca e com as condições técnicas da dendeicultura, etc. Pontuaram nos discursos também a satisfação com a dendeicultura, pelo fato de terem financiamento, trabalho para a família e mercado garantido.

Na dinâmica que previa um desenho, as pessoas se apresentaram e explicaram os seus desenhos, nos quais predominaram as plantas que cultivam ou apreciam, e falaram sobre elas relacionando-as à sua pessoa. Em alguns casos, mandioca e uma palmeira de dendê foram desenhadas representando o momento atual de coexistência das duas culturas, além das qualidades alimentares da primeira e a sombra, produção contínua e beleza da última. A árvore da castanheira e palmeiras de açaí também foram representadas.

A apresentação dos resultados da pesquisa do AFInS sobre as vilas e sistemas de produção causou muita curiosidade e interesse pelo conhecimento da situação de infraestrutura e dos estabelecimentos dos demais. Do mesmo modo, ocorreu o reconhecimento da própria situação por comparação a outros agricultores que têm contrato. A reflexão sobre o conjunto vila/estabelecimento foi utilizado como incentivo para a discussão da pergunta-chave para a construção de indicadores de inclusão social.

Conforme consta na programação, diferentes dinâmicas foram realizadas com intuito de desverticalizar as relações de trabalho e deixar os agricultores mais descontraídos. A depender do grupo, as dinâmicas foram realizadas no decorrer ou final do dia. Foram escolhidas em particular duas atividades que nos pareciam trazer também uma reflexão sobre o papel do coletivo, “Balão dos sonhos” e “Nossos Pés, Nossa Laranja”¹².

O “balão dos sonhos” representa um balão em que os sonhos deviam ser protegidos. Reuniu-se o grupo dentro de um pequeno espaço cercado por cadeiras. Distribuiu-se uma bexiga para cada participante, que deveria inflá-la, e distribuíram-se ainda palitos pontiagudos aos participantes. O animador fala: “agora, protejam seus sonhos”. Não os orientar a estourar as bexigas uns dos outros, mas a distribuição dos palitos visa a induzi-los ao erro, pois parecia implícito. Ao final da atividade, poucos haviam escapado da indução ao erro, tendo estourado o balão dos sonhos uns dos outros. Concluímos com uma conversa sobre a importância de não se deixar induzir ao erro. Outra lição foi repassada pelos participantes, que, tendo protegido com afincos os próprios “sonhos”, não se descuidando deles para atacar os dos demais, transmitiam a alegria de seguir, ainda, com os sonhos “ao alcance das mãos”. (Figura 2).



Foto: Socorro Ferreira

Figura 2. Dinâmica “Balão dos Sonhos”.

¹² Essas são dinâmicas bastante utilizadas nos movimentos sociais e cujas autorias são desconhecidas.

A “Nossos Pés, Nossa Laranja” é uma dinâmica que tem por objetivo estimular o trabalho em equipe. Em duas filas de cadeiras, uma de frente para a outra, todos estavam sentados e uma laranja era passada pelos pés, vizinho a vizinho, sem deixar cair até chegar ao final da fila. Caso caísse, deveria retornar. Foi divertido e mostrou como a afinação entre as pessoas é necessária para ter propósitos comuns (Figura 3).

Foto: Socorro Ferreira



Figura 3. Dinâmica “Nossos Pés, Nossa Laranja”.

Sugestões de indicadores de inclusão social

A questão-chave para iniciar o debate sobre inclusão social foi: “O que acontece com a vida de vocês após a chegada da dendeicultura?”. Uma sucessão de depoimentos ocorreu e muitas percepções foram elencadas porque há diferentes níveis de satisfação com a dendeicultura (Figura 4).



Foto: Dalva Mota

Figura 4. Roda de depoimentos livres sobre os problemas que afetavam os agricultores(as) integrados à indústria de dendê – Oficina de Acará .

Considerando o propósito de construção de indicadores de inclusão social, perguntamos o que as pessoas entendiam por inclusão social. A maioria quase absoluta não sabia o que significa exatamente, mas a relacionavam à melhoria de vida, a “fazer parte”, a “ser incluído” e a “pessoas que estão fora e precisam entrar para ter acesso às políticas do Estado”.

A abrangência do tema é perceptível e sempre associada ao conceito de exclusão. Nas políticas públicas consta sempre adjetivado (inclusão digital, inclusão de gênero, inclusão econômica etc.) e trazendo na sua essência a noção de mudança de uma condição de “estar fora” para “estar dentro”.

No caso da dendeicultura, a inclusão social foi tratada como sinônimo de geração de emprego e de renda, conforme explicitado no PNPB. Embora a equipe do AFInS tivesse a ideia geral dos princípios e critérios que poderiam ser considerados, em decorrência dos contatos e pesquisas anteriores sobre o tema, somente na primeira oficina foram realmente definidos. A definição foi decorrente das respostas dos participantes a uma pergunta norteadora: “O que mudou com a chegada da dendeicultura na vida de vocês?”. A partir das respostas, foram demarcados três princípios e critérios para servirem de orientação na construção de indicadores nas demais oficinas.

Os princípios e critérios definidos foram:

- 1) Caracterizar a relação com a empresa (intensidade e qualidade da relação).
- 2) Levantar aspectos técnicos no estabelecimento (capacidade de lidar com as inovações).
- 3) Identificar os efeitos da dendeicultura na comunidade (acesso a infraestruturas).

Para responder a pergunta norteadora, três grupos foram formados e cada um discutiu um dos temas elencados: a) relação com a empresa; b) aspectos técnicos no estabelecimento; e c) efeito da dendeicultura na comunidade. A ideia de discutir em grupos menores foi a de aprofundar a reflexão quanto ao que é considerado relevante para ser focado num estudo sobre inclusão social.

Após uma hora de debate, cada grupo apresentou a síntese (resultado do debate) em folhas de cartolina, como pode ser visto um exemplo na Tabela 4. No decorrer do debate, os demais participantes complementavam.

Tabela 4. Exemplo de critérios e sugestão de conteúdo para indicadores de inclusão social.

Tema	Temas sugeridos para indicadores
Relação com a empresa	Contrato - Conhecimento do contrato - Respeito ao contrato
	Preço - Adequação do valor
Aspectos técnicos no estabelecimento	Assistência técnica - Informação/Conhecimento - Avaliação da área com o agricultor - Diversificação da produção
Efeito da dendeicultura na comunidade	Infraestrutura - Estradas/Acessos à comunidade - Escolas - Energia elétrica

Cada oficina teve como produto um quadro com sugestões dos conteúdos que os participantes consideravam importante constar no estudo sobre inclusão social.

No decorrer das oficinas, os participantes expressaram as suas demandas. Mesmo entendendo o que estávamos construindo, agricultoras e agricultores encontravam na equipe do projeto interlocutores, alguém que ouvisse suas queixas, reclamações e insatisfações.

Os debates foram registrados em relatórios de cada uma das oficinas. Uma tabela (Anexo 1) foi elaborada para consolidar todos os conteúdos que deveriam constar no rol de indicadores de inclusão social sugeridos pelos participantes e organizados nos três grandes temas.

Ao final da oficina foram eleitos dois representantes para participar do *Seminário de Consolidação dos Indicadores*, que seria realizado em Belém.

Seminário de Consolidação dos Indicadores

O seminário de consolidação objetivou reunir dois participantes de cada oficina para validar a relação de indicadores levantados nas oito oficinas realizadas nos municípios e sistematizados pela equipe do AFInS. A validação constou da revisão, qualificação e atribuição de valor (Anexo 1).

Mobilização e participação

O *Seminário de Consolidação dos Indicadores* foi realizado em Belém, no período de 20 a 21 de outubro de 2016. A decisão quanto a quem participaria foi tomada nas oficinas, quando duas pessoas foram escolhidas. Entretanto, a confirmação da data ficou sob a responsabilidade tanto da diretoria dos STTRs de cada município envolvido, quanto da equipe do AFInS. O contato telefônico foi o principal meio de mobilização, mas se mostrou insuficiente pois muitos números haviam mudado ou as linhas não funcionaram.

Em decorrência, compareceram 12 pessoas, sendo quatro mulheres e oito homens. Apenas o município de Garrafão do Norte não foi representado, apesar da confirmação dos dois representantes. Deve-se ressaltar que nem todos os eleitos nas oficinas participaram. Por ocasião dos convites, quando o STTR sentiu dificuldades com o contato, providenciou a substituição dentre aqueles que haviam participado das oficinas.

Realização do seminário

O seminário realizou-se na sede da Embrapa Amazônia Oriental, conforme consta na programação da Tabela 5. As atividades foram iniciadas pelas boas vindas da equipe do Afins. Após a apresentação oral dos participantes, foi realizada uma dinâmica da “teia de fio”, para levantar as expectativas quanto ao seminário.

Tabela 5. Programação do seminário de consolidação.

Sequência	Objetivo	Metodologia
Abertura e boas vindas	Reforçar os objetivos do seminário	Discursiva
Apresentação dos participantes	Levantar as expectativas dos participantes	Dinâmica do cordão “teia de aranha”
Palestra sobre um tema demandado nas oficinas “Leis trabalhistas sobre diaristas na agricultura”	Esclarecer as dúvidas demandadas por alguns participantes das oficinas	Apresentação oral e debate

Continua...

Tabela 5. Continuação.

Sequência	Objetivo	Metodologia
Discussão sobre a compreensão do que seria inclusão social	Equalizar as compreensões sobre o tema	Depoimentos
Balanço das oficinas	Socializar as informações quanto às parcerias locais, número e composição dos participantes e locais de realização	Apresentação a cargo da equipe técnica
Apresentação e debate dos indicadores construídos nas oficinas	Socializar a lista dos indicadores	Leitura da listagem com auxílio de projetor e debate para compreensão
Trabalho individual de atribuição de pesos aos indicadores	Atribuir notas segundo a importância dos indicadores	Matriz impressa
Compatibilização dos valores atribuídos	Demonstrar ao grupo os indicadores priorizados a serem usados na pesquisa de campo	Planilha do Excel
Validação	Permitir complementos e críticas	Grupos de quatro pessoas cada, acompanhados da equipe técnica e posteriormente plenária para socialização do debate
Encerramento	Agradecer e valorizar o empenho dos presentes	Equipe técnica e manifestação da plenária

A dinâmica da “teia de fio” é realizada com o uso de um rolo de barbante. As pessoas se organizam num círculo, em seguida uma segura a ponta do fio e joga o rolo para outra pessoa, expressando o seu sentimento em relação a diferentes temas e, assim, sucessivamente. É uma dinâmica que promove a integração entre os participantes de um grupo, incentivando o relacionamento interpessoal e gerando autoconfiança. Neste caso específico, fez-se uma adaptação para que as pessoas manifestassem suas expectativas quanto ao seminário. (Figura 5).

Foto: Dalva Mota



Figura 5. Dinâmica “Teia de Fio”.

Na sequência, a analista Liza Barros (Equipe AFInS – Embrapa) fez uma apresentação sobre “Leis trabalhistas sobre diaristas na agricultura”, tema demandado pelos participantes em todas as oito oficinas, mediante as dificuldades que enfrentam para compreender as exigências legais. Após a apresentação, os participantes esclareceram as dúvidas que têm no dia a dia.

As atividades subsequentes trataram especificamente da questão da inclusão social, iniciando pela compreensão dos diferentes participante sobre o tema. Com a pergunta “O que é inclusão social?”, houve uma rodada de depoimentos sobre o sentido da expressão, pelos quais constatamos a dificuldade para a compreensão de tão ambígua expressão.

Após os depoimentos, fez-se a socialização e balanço das oito oficinas realizadas, com informações sobre parcerias locais, número e composição dos participantes por gênero, local de realização e resultados.

O trabalho com os indicadores demandou maior tempo e foi realizado em duas etapas: 1) apresentação, esclarecimentos e debate dos indicadores construídos nas oficinas; e 2) atribuição de pesos aos indicadores. Na primeira etapa, os indicadores foram expostos e lidos um a um. À proporção que surgiam dúvidas, estas eram debatidas até que todos as considerassem compreensivas.

Na segunda etapa, a lista impressa de indicadores foi entregue a cada participante, em uma tabela que continha indicador e peso a ser atribuído numa escala de 1 (menos importante) a 5 (mais importante). Os indicadores foram lidos de um em um e marcados segundo a importância que os participantes compreendiam que deveria ser considerada na pesquisa. O processo de atribuição de valores não foi de fácil entendimento porque se mostrou excessivamente teórico. Os participantes tenderam a atribuir os valores entre pequenos grupos de indicadores e não levando em consideração o conjunto. Assim, atribuíram valores equivalentes a quase todos. (Anexo 1).

Respeitando os pesos atribuídos pelos participantes, o resultado foi organizado em uma matriz contendo todos os indicadores de inclusão social e, mais uma vez, foram apresentados. Questões de entendimento foram esclarecidas. Como atividade final, houve a explicação de como o trabalho de pesquisa será realizado e o agradecimento à presença das pessoas.

Produtos do processo participativo

As oficinas tiveram como produto uma lista preliminar de indicadores de inclusão social, segundo os três temas sugeridos, e um relatório detalhado dos debates.

O seminário de consolidação teve como produto principal uma lista consolidada de indicadores referendados pelos participantes e um relatório. Os indicadores de inclusão social construídos nesse percurso foram muito bem detalhados e revelaram aspectos, além do econômico (emprego e renda), considerados importantes pelos sujeitos desse processo de transformação no meio rural, como pode ser observado no Anexo 1.

Por sua vez, como apontado pela literatura, a metodologia participativa empregada nas oficinas, além dos produtos físicos, trouxe vários legados do projeto, tanto para os agricultores como para a equipe técnica. Os diálogos estabelecidos em torno das oficinas conduziram a pesquisa e tornaram possível a compreensão, do ponto de vista dos agricultores, do que poderia ser a inclusão social pela dendeicultura.

Sob outra perspectiva, os agricultores puderam tirar inúmeras dúvidas entre eles e junto à equipe técnica. Além disso, tivemos a oportunidade de juntos estabelecermos uma reflexão coletiva sobre os temas tratados, podendo qualificar melhor nossas ponderações e ações individuais. Ademais, temas foram elencados para serem considerados em futuros projetos de pesquisa, como a questão do reflorestamento, trabalho familiar mediante interdição legal de menores, adequação do contrato, relação com as empresas, dentre outros temas.

Conclusões

O processo de construção participativa de indicadores de inclusão social ocorreu conforme previsto, em se tratando do planejamento, realização e geração de produtos. Não obstante, as particularidades dos parceiros locais imprimem características a cada evento com relação a infraestrutura, alimentos e produtos. Entretanto, as parcerias estabelecidas com os STTRs foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos.

Facilitou todo o trabalho, a predisposição dos membros dos sindicatos locais e dos participantes para se fazerem representar. Em apenas um caso o previsto não foi cumprido e a oficina não se realizou no mesmo dia e nem sob a coordenação do STTR.

A metodologia foi conformada por uma mescla entre depoimentos livres, trabalhos em grupo e dinâmicas de grupo, concluímos que foi adequada para incentivar a participação das pessoas que tanto criticaram quanto ressaltaram as qualidades da dendeicultura. Tais atitudes foram construtivas para levantar indicadores e discuti-los em profundidade. Os indicadores serviram e foram utilizados nas pesquisas de campo do Projeto AFInS, cujos resultados estão contidos no relatório final do projeto e nos artigos científicos publicados ou em processo de construção e submissão para publicação.

Em todo o processo, a maior dificuldade foi lidar com a operacionalização do conceito de inclusão social, quer seja para os membros da equipe, quer seja, para os participantes das oficinas. O domínio da compreensão foi dificultado porque conceitualmente não é uma noção simples, é muito associada ao espaço urbano, à pobreza e à exclusão social. Ademais, a mobilidade de

membros da equipe (parte é estudante de pós-graduação), por vezes, dificultou o aprendizado comum. A ambiguidade foi diminuída apenas quando equiparada a noção de melhoria enquanto processo, aliás, noção muito relevante para os participantes.

Recomendações

O objetivo deste documento foi metodológico e visou descrever o processo de diálogo entre agricultores, lideranças e pesquisadores na construção participativa de indicadores de inclusão social que serão utilizados na pesquisa sobre o tema no Nordeste Paraense.

As principais recomendações para experiências similares estão relatadas a seguir.

Mobilização, infraestruturas e materiais

- 1) Para a mobilização, é importante considerar as condições da Amazônia (longas distâncias, acessibilidade das estradas e dificuldade com a comunicação).
- 2) Para respeitar os critérios de seleção dos participantes, a mobilização deve ser realizada com antecedência e mais de um contato deve ser feito. A tarefa deve ser acompanhada com muita atenção por alguém da equipe.
- 3) Evitar o uso de materiais escritos porque algumas pessoas podem ter dificuldade para ler.
- 4) Investir na socialização e compreensão de conceitos-chave.
- 5) A equipe de pesquisadores deve chegar com antecedência ao local para organizar a infraestrutura juntamente com os participantes.
- 6) Os papéis de cada membro da equipe técnica devem ser bem definidos antes de começar o evento.

- 7) Preparar com antecedência os materiais a serem utilizados nas dinâmicas de grupo e no registro da experiência.
- 8) Registrar os dados dos participantes, principalmente telefone de mais de um familiar, para contato posterior, se necessário.

Dinâmica

- 1) Ter momentos de descontração, para horizontalizar as relações com os pesquisadores (jogos, brincadeiras, dinâmicas).
- 2) Alternar entre a plenária e os trabalhos de grupos para permitir discussões mais “íntimas” e evitar que as mesmas pessoas sempre tomem a palavra.
- 3) Ter um moderador que fique atento para permitir que todos se manifestem, evitando polarização ou dominação por lideranças e pessoas estranhas ao grupo.
- 4) Manter uma dinâmica que permita a fala daqueles que denunciam. Entretanto, é importante deixar claro que o papel da equipe não é reportá-las a outros atores, mas considera-la como conteúdo central.

Conteúdo

- 1) Os objetivos das oficinas devem ser bem conhecidos por todos os seus participantes.
- 2) A programação deve ser clara, legível e disponível para todos.
- 3) Importante se manter aberto ao que dizem as pessoas, mesmo que não diga respeito ao tema da oficina. Muitas vezes, questões importantes surgem de temas não previsíveis.
- 4) Importante incentivar os diferentes participantes a emitir opinião.
- 5) Exercícios de atribuição de valor a muitos indicadores devem ser pensados com metodologia diferenciada e valorizando pequenos blocos de questões.

- 6) O relatório, diferente de uma ata, deve ser detalhado e mostrar a sequência dos acontecimentos.

Referências

ALVINO-BORBA, A.; MATA-LIMA, H. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

ANDRADE, E. T.; CARVALHO, S. R. G.; SOUZA, L. F. de. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. **Engevista**, v. 11, n. 2, p. 127-136, dez. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE ÓLEO DE PALMA. **A palma no Brasil e no mundo**. [2014]. Disponível em: <<http://www.abrapalma.org/pt/a-palma-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE ÓLEO DE PALMA. **Agricultura familiar**. [2015?]. Disponível em: <<http://www.abrapalma.org/pt/agricultura-familiar/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará. Berlin: IÖW, 2013. 31 p. (Far Fuels? Working Paper 6).

BENTES, E. dos S.; HOMMA, A. K. O. **Importação e exportação de óleo e palmiste de dendezeiro no Brasil (2010–2015)**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. 34 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Boletim de pesquisa e desenvolvimento, 101).

BOLETIM AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. Belém, PA, n. 1, jul. 2015. 38 f.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-que-e-o-programa-nacional-de-producao-e-uso-do-biodiesel-pnpb>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon**: Trends, value chain dynamics, and business models. Bogor: CIFOR, 2015. (Working Paper, 198).

CHAMBERS, R. **Participatory Workshops**: A sourcebook of 21 sets of ideas and activities. London: Earthscan, 2002. 220 p.

CHIA, E.; REY-VALETTE, H.; LAZARD, J.; CLEMENT, O.; MATHE, S. Évaluer la durabilité des systèmes et des territoires aquacoles: proposition méthodologique. **Cahiers agricultures**, v. 18, n. 2-3, p. 211-219, 2009.

CLÉMENT, O.; MADEC, P. Un outil pour la construction d'indicateurs de développement durable: la méthode Delphi. Une expérience en aquaculture. **Natures Sciences Sociétés**, v. 14, n. 3, p. 297-302, 2006. DOI: 10.1051/nss:2006042.

COOKE, B.; KOTHARI, U. **Participation**: The New Tyranny? London: Zed Books, 2002. 224 p.

FOLHES, R.; AGUIAR, A.; ARAÚJO, R. Cenários participativos de mudanças no uso da terra na Amazônia: o caso de Vila Brasil no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande, PA. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-34, ago. 2012.

GLASS, V. Expansão do dendê na Amazônia brasileira. Elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. **Repórter Brasil**, 09 fev. 2015. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/biblioteca/expansao-do-dende-na-amazonia-brasileira-elementos-para-uma-analise-dos-impactos-sobre-a-agricultura-familiar-no-nordeste-do-para/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/ Biopalma, Petrobras Combustíveis**. São Paulo, 2013. 80 p.

LAZARD, J.; REY-VALETTE, H.; CLEMENT, O.; AUBIN, J.; MATHE, S.; CHIA, E.; LEGENDRE, M.; CARUSO, D.; MIKOLASEK, O.; BLANCHETON, J.-P.; SLEMBROUCK, J.; BARUTHIO, A.; RENE, F.; LEVANG, P.; MORISSENS, P. **Guide to the co-construction of sustainable development indicators in aquaculture**. Montpellier: EVAD, 2008. 144 p.

MENEZES, A. J. E. A. de; HOMMA, A. K. O.; SANTOS, J. C. dos; REBELLO, F. K.; COSTA, D. H. M.; SENA, A. L. dos S.; GOMES JUNIOR, R. A.; MONTEIRO, K. F. G.; MATOS, G. B. de; MOTA JÚNIOR, K. J. A. da. Caracterização socioeconômica de pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Amazônia: Ciência. & Desenvolvimento**, v. 11, n. 21, jul./dez. 2015.

MOTA, D. M. da; SILVA, E. M. da; SCHMITZ, H.; ALVES, L. N.; FERREIRA, M. S. G. Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no nordeste paraense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLÍTICA E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS, 2015, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: GETTAM: NAEA: UFPA, 2015. p. 119-125.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Agricultura familiar e dendeicultura no município de Moju, na Amazônia paraense. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 27, p. 50-66, 2018.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confin**, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://confin.revues.org/7947?lang=pt>>. Acesso em: 28 maio 2018.

NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. de. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: "uma prisão de portas abertas". **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 123-138, jan./abr. 2013.

PATEL, M.; KOK, K.; ROTHMAN, D. S. Participatory scenario construction in land use analysis: An insight into the experiences created by stakeholder involvement in the Northern Mediterranean. **Land Use Policy**, n. 24, p. 546-561, 2007.

PARENTE, V. de M. (Coord.). **Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica: dendê**. Manaus: Suframa; [S.l.]: FGV, 2003. 29 p.

PEREIRA, G. S. **A dimensão socioambiental do cultivo de dendê para a produção de biodiesel na Amazônia**. 2014. 162 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Rio de Janeiro.

RAMALHO FILHO, A.; MOTTA, P. E. F. da; FREITAS, P. L. de; TEIXEIRA, W. G. (Ed.). **Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

REIS, H. F. A. F.; LIMA, L. P. de; PEREZ, R. Palma no Brasil: viabilidade da produção de óleo ou biodiesel? **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 2, p. 20-30, abr./jun. 2017.

REY-VALETTE, H.; CLEMENT, O.; LAZARD, J. Les usages des indicateurs de développement durable. **Natures Sciences Sociétés**, v. 16, n. 1, p. 73-75, 2008.

SHEIL, D.; CASSON, A.; MEIJAARD, E.; NOORDWIJK, M. van; GASKELL, J.; SUNDERLAND-GROVES, J.; WERTZ, K.; KANNINEN, M. **The impacts and opportunities of oil palm in Southeast Asia: what do we know and what do we need to know?** Bogor: CIFOR, 2009. 67 p. (CIFOR. Occasional Paper, 51).

SILVA, E. M. da. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, PA.

SILVA, E. M.; NAVEGANTES-ALVES, L. F. Organização e diversidade dos sistemas de produção de agricultores familiares integrados à agroindústria de dendê no nordeste paraense. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 14, n. 1, p. 166-192, jan./abr. 2018.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27-50.

VERBURG, R.; LINDOSO, D.; DEBORTOLI, N.; LITRE, G.; BURSZTYN, M. The impact of commodity price and conservation policy scenarios on deforestation and agricultural land use in a frontier area within the Amazon. **Land Use Policy**, v. 37, p. 14-26, Mar. 2014.

VILLELA, A. A. **Expansão da palma na Amazônia Oriental para fins energéticos**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Anexo 1. Indicadores consolidados

Tema: Acesso a serviços e infraestrutura	Pesos				
	1	2	3	4	5
Infraestrutura					
Estradas	0%	0%	0%	36%	64%
Pontes	0%	0%	9%	27%	64%
Escola	0%	0%	0%	18%	82%
Posto de saúde	0%	0%	0%	18%	82%
Serviços					
Transporte					
Escolar	0%	0%	9%	27%	64%
Em geral	0%	0%	9%	27%	64%
Ater					
Frequência de visitas	0%	0%	0%	45%	55%
Assistência às necessidades do lote	0%	0%	0%	18%	82%
Competência dos técnicos	0%	9%	0%	45%	45%
Resolução de problemas	0%	0%	18%	36%	45%
Tratamento igualitário com os agricultores	0%	0%	0%	36%	64%
Respeito aos acordos	0%	0%	0%	9%	91%
Assistência gratuita	0%	0%	0%	27%	73%
Capacitação e Informação					
Agrotóxicos	0%	0%	18%	9%	64%
Adução química e orgânica	0%	0%	0%	27%	73%
Questões ambientais	0%	0%	0%	36%	64%
Capacitação de agricultores/as sobre leis trabalhistas	0%	0%	0%	18%	82%
Técnicas de cultivo de dendê	0%	0%	9%	18%	73%
Melhoria do nível de informação	0%	0%	9%	27%	64%
Tema: Família e Bem-estar	Pesos				
	1	2	3	4	5
Patrimônio					
Infraestrutura da residência	0%	0%	0%	64%	36%
Móveis e eletrodomésticos	0%	0%	36%	36%	27%
Meios próprios de locomoção	0%	9%	18%	18%	55%
Meios de comunicação	9%	0%	0%	27%	64%
Alimentos					
Produção da alimentação da família no lote	0%	0%	0%	55%	45%
Qualidade dos alimentos	0%	0%	9%	18%	73%
Dependência da compra de alimentos	0%	0%	18%	64%	18%

Tema: Família e Bem-estar	Pesos				
	1	2	3	4	5
Condições sanitárias e de higiene					
Acesso à água potável	0%	0%	9%	18%	73%
Instalações sanitárias: vaso e chuveiro	0%	9%	9%	45%	36%
Lazer					
Acesso ao lazer na comunidade/fora	0%	0%	18%	36%	27%
Tipo de lazer	0%	18%	9%	36%	18%
Satisfação com o lazer	0%	0%	9%	45%	36%
Tema: Comunidade	Pesos				
	1	2	3	4	5
Solidariedade					
Ajudas de um para o outro	0%	0%	0%	64%	36%
Treinamentos					
Igualdade no acesso	0%	0%	0%	55%	45%
Políticas públicas					
Acesso igualitário	0%	0%	9%	27%	55%
Habitantes					
Interconhecimento	0%	0%	18%	36%	45%
Segurança e tranquilidade					
Informação quanto ao futuro	0%	0%	0%	45%	55%
Confiança setor público	0%	0%	0%	55%	45%
Insegurança pela chegada de estranhos	0%	0%	9%	27%	64%
Problemas ambientais					
Uso de agrotóxicos (consequências)	0%	9%	9%	27%	55%
Desmatamento/conservação da floresta	0%	0%	0%	18%	82%
Desmatamento margem dos igarapés	0%	0%	9%	9%	82%
Diminuição de peixes	0%	9%	0%	36%	55%
Conservação de animais silvestres	0%	0%	0%	18%	82%
Tema: Trabalho	Pesos				
	1	2	3	4	5
Trabalho no estabelecimento (Familiar, ajuda mútua e contratado)					
Trabalho para os diferentes membros	0%	0%	0%	64%	36%
Ocupação de mulheres	0%	0%	9%	27%	64%
Quantidade/volume de trabalho	0%	0%	0%	55%	36%
Peso do trabalho	0%	0%	0%	55%	45%
Disponibilidade força de trabalho	0%	0%	9%	55%	36%
Retorno de membros da família para trabalhar no estabelecimento	0%	0%	0%	73%	27%
Troca de serviços	0%	0%	0%	45%	55%
Contratação de diaristas	0%	0%	9%	36%	55%

Tema: Trabalho	Pesos				
	1	2	3	4	5
Valor pago pelo trabalho comparado com outras culturas	0%	0%	0%	45%	45%
Trabalho assalariado					
Emprego local	0%	0%	0%	55%	36%
Aproveitamento de mão de obra local	0%	0%	9%	45%	45%
Disponibilidade de mão de obra para contratar	0%	0%	9%	64%	27%
Remuneração do trabalho	0%	9%	18%	36%	36%
Diálogo agricultor/empresa					
Tema: Relação com a empresa	Pesos				
	1	2	3	4	5
Contatos					
Abertura ao diálogo	0%	0%	9%	45%	45%
Tratamento igualitário ao agricultor	0%	0%	0%	64%	36%
Clareza do diálogo	0%	0%	9%	36%	55%
Cumprimento de acordos/promessas aos agricultores e à comunidade	0%	0%	9%	18%	73%
Participação dos agricultores e de suas organizações nas decisões e procedimentos envolvendo suas áreas	0%	0%	9%	36%	55%
Contratos de produção					
Contratos					
Abrangência das partes dos contratos	0%	0%	0%	27%	73%
Adequação dos contratos	0%	0%	0%	18%	82%
Diálogo com a empresa sobre os contratos	0%	0%	0%	36%	64%
Conhecimento do contrato pelos agricultores	0%	0%	0%	36%	64%
Cumprimento/respeito do contrato (fornecimento de mudas, transporte, insumos e Ater)	0%	0%	9%	18%	73%
Participação dos agricultores e suas representações na elaboração do contrato	0%	0%	0%	27%	73%
Acesso ao contrato pelo agricultor	0%	0%	0%	45%	55%
Transparência nas contas (dívidas e saldos do agricultor nos arquivos da empresa)	0%	9%	0%	18%	73%

Tema: Agricultor: cidadão e profissional	Pesos				
	1	2	3	4	5
Participação em organizações					
Cooperativa	0%	0%	0%	55%	45%
Associação	0%	0%	18%	36%	45%
Sindicato	0%	0%	0%	9%	91%
Acesso às instituições	0%	0%	0%	45%	55%
Outras redes	0%	0%	9%	55%	36%
Satisfação/insatisfação					
Remuneração do contrato	0%	0%	0%	36%	64%
Renda	0%	0%	0%	55%	45%
Distribuição da renda/ano	0%	0%	0%	45%	55%
Com a produção de dendê	0%	0%	9%	27%	64%
Sentimentos quanto à produção de dendê com contrato					
Otimismo	0%	0%	0%	64%	36%
Pessimismo	9%	0%	36%	36%	18%
Confiança	0%	0%	0%	64%	36%
Autonomia/subordinação	0%	0%	0%	45%	55%
Autoestima (reconhecimento)	0%	0%	0%	18%	82%



Amazônia Oriental

